Revista Even. Pedagóg.
Dossiê temático – Educação, práticas e políticas culturais:
temas contemporâneos s
Sinop, v. 17, n. 2 (45. ed.), p. 2614-2629, ago./set. 2026
ISSN 2236-3165 | DOI: 10.30681/2236-3165
https://periodicos.unemat.br/index.php/reps

DOCÊNCIA TRAVESTI E REEXISTÊNCIA:
micropolíticas de gênero no cotidiano escolar

TRAVESTI TEACHING AND RE-EXISTENCE:
gender micropolitics in everyday school life

Luis Antonio Bitante Fernandes [i]

Josiane Ferreira [ii]

RESUMO: Este artigo analisa a docência travesti como prática de reexistência em escolas públicas, sob a ótica de um estudo de caso qualitativo. A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem interpretativa, utilizando entrevistas semiestruturadas em profundidade com uma docente travesti, cujo material foi submetido à análise temática inspirada na hermenêutica-crítica. Fundamentada na analítica foucaultiana e em perspectivas decoloniais, a investigação analisa como essa presença tensiona regimes normativos de gênero e a autoridade pedagógica. Os resultados indicam que, apesar da transfobia institucional, a atuação travesti constitui uma micropolítica que desloca formas tradicionais de ensinar e ocupar o espaço escolar. Conclui-se que essa docência interrompe destinos sociais impostos, configurando-se não apenas como inclusão, mas como força epistemológica capaz de produzir novos saberes e reconfigurar o imaginário sobre o trabalho educativo.

Palavras-chave: Educação. Práticas Escolares. Docência travesti. Gênero. Escola; Reexistência. Micropolíticas.

ABSTRACT: This article analyzes travesti teaching as a practice of "re-existence" in public schools, through a qualitative case study. The research was grounded in an interpretive approach, using in-depth semi-structured interviews with a travesti teacher, whose data were subjected to thematic analysis inspired by critical hermeneutics. Grounded in Foucault's analytics of power and decolonial perspectives, the research investigates how this presence challenges normative gender regimes and pedagogical authority. Findings indicate that, despite institutional transphobia, travesti

Este trabalho está licenciado sob CC BY-SA 4.0. Para ver uma cópia desta licença, visite:
https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR

performance constitutes a micropolitic that displaces traditional ways of teaching and occupying school spaces. The study concludes that such teaching interrupts imposed social destinies, acting not merely as inclusion but as an epistemological force capable of producing new knowledge and reconfiguring the imaginary surrounding educational work.

Keywords: Education; School Practices; Transgender Teaching; Gender; School; Resistance; Micropolitics.

1 INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição central na produção de subjetividades e na legitimação de saberes, historicamente opera como um espaço de normatização dos corpos, das identidades e das formas de existência socialmente reconhecidas. No contexto brasileiro, marcado por heranças coloniais persistentes, desigualdades estruturais e regimes morais conservadores, essa normatividade se expressa de modo particularmente violento sobre sujeitos cujas experiências de gênero e sexualidade dissidem do modelo cis-heteronormativo hegemônico. Entre esses sujeitos, as travestis figuram como um dos grupos mais sistematicamente excluídos dos processos educacionais formais, seja pelo impedimento de acesso, seja pela expulsão simbólica e material que marca suas trajetórias escolares.

Dados produzidos por organizações como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) reiteram que a escola constitui um dos primeiros espaços institucionais de ruptura para essa população, contribuindo diretamente para a evasão escolar, a precarização das condições de vida e a limitação do acesso ao trabalho formal. Nesse cenário, a docência travesti emerge não como um dado ordinário, mas como um acontecimento político e pedagógico que tensiona as lógicas de exclusão historicamente naturalizadas no campo educacional.

Este artigo parte do argumento de que a docência travesti deve ser compreendida não apenas como uma experiência de resistência individual, mas como um ato de reexistência, isto é, como uma prática social e pedagógica capaz de produzir deslocamentos nas estruturas normativas que regulam gênero, corpo e saber na escola. Ao ocupar um lugar institucional historicamente negado às travestis — o lugar da autoridade pedagógica —, professoras travestis confrontam a colonialidade do poder (Quijano, 2000), a colonialidade de gênero (Lugones, 2008) e os dispositivos de controle que sustentam o currículo oculto cis-heteronormativo no cotidiano escolar.

Sustenta-se, assim, que a presença de professoras travestis no espaço escolar não apenas desafia a transfobia estrutural e institucional, mas atua como uma prática pedagógica de caráter decolonial, capaz de reconfigurar micropolíticas de gênero, relações de poder e regimes de visibilidade no interior da escola. Inspirado nas contribuições de Judith Butler (2003) acerca da performatividade de gênero, de Michel Foucault sobre os dispositivos de poder e de autoras feministas e decoloniais que interrogam a universalização das normas modernas, o artigo analisa como a docência travesti produz

fissuras na ordem normativa e amplia os horizontes de inteligibilidade sobre quem pode ensinar, aprender e existir na escola.

O estudo investigou as experiências e os desafios vivenciados por uma professora travesti atuante em escolas do interior do estado de Mato Grosso. A partir de uma abordagem qualitativa, de viés interseccional, feminista, queer e decolonial, a pesquisa buscou compreender como as experiências de gênero da docente se articulam com processos de inclusão e exclusão escolar, bem como com estratégias cotidianas de resistência e transformação no exercício da prática educativa.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar os desafios enfrentados e as transformações produzidas nas práticas educativas de uma professora travesti no interior da escola, considerando as intersecções entre identidade de gênero, educação e exclusão social. De modo específico, busca-se compreender como as micropolíticas de gênero operam no cotidiano escolar e de que forma a docência travesti atua como força disruptiva frente às normas que regulam corpos, saberes e identidades no espaço educacional. A questão que orienta a análise é: quais são os desafios enfrentados nas experiências vividas e quais transformações emergem a partir da prática educativa de uma professora travesti no interior da escola?

Este artigo sustenta que a docência travesti não pode ser compreendida apenas como experiência de inclusão profissional ou como exceção tolerada no interior de políticas educacionais progressistas. Ao contrário, argumenta-se que a presença travesti no exercício da docência constitui um acontecimento político-pedagógico que expõe as condições normativas que sustentam a escola moderna e desestabiliza os regimes de inteligibilidade que definem quem pode ocupar legitimamente o lugar da autoridade docente.

Ao mobilizar o conceito de reexistência, o estudo propõe um deslocamento analítico em relação às noções clássicas de resistência, agência ou subversão. Diferentemente de uma resistência reativa — entendida como resposta a um poder previamente constituído —, a reexistência refere-se à produção ativa de modos de existir que não apenas enfrentam a norma, mas a tornam instável ao inscrever no espaço escolar corpos e trajetórias historicamente concebidos como incompatíveis com o exercício do magistério. Trata-se, portanto, de uma prática que não se limita à contestação discursiva, mas opera materialmente na reorganização dos regimes de visibilidade, reconhecimento e autoridade que estruturam o cotidiano escolar.

A partir da análise da trajetória e da atuação de uma professora travesti em escolas públicas do interior do estado de Mato Grosso, este artigo investiga como a docência travesti produz micropolíticas de gênero que atravessam relações pedagógicas, práticas institucionais e imaginários sociais sobre gênero, trabalho e educação. Ao fazê-lo, sustenta-se que a docência travesti não apenas evidencia a colonialidade de gênero que organiza a escola, mas também produz fissuras epistemológicas que ampliam os limites do pensável no campo educacional.

A questão que orienta a análise é: de que modo a docência travesti, ao se inscrever em um espaço historicamente estruturado pela cis-heteronormatividade, produz deslocamentos nos regimes de autoridade pedagógica e reconhecimento institucional, e quais são os limites, ambivalências e capturas que atravessam esses processos? Ao enfrentar essa questão, o artigo contribui para os debates

contemporâneos sobre gênero e educação ao afirmar a docência travesti como força epistemológica, e não apenas como objeto de políticas de inclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Gênero, Colonialidade e Docência: Normas, Poder e Reexistência na Escola. A análise da docência travesti como ato de reexistência exige uma abordagem teórica capaz de articular gênero, poder, colonialidade e educação, compreendendo a escola não apenas como espaço de transmissão de saberes, mas como instituição produtora de normas, subjetividades e hierarquias sociais. Para tanto, este artigo mobiliza contribuições dos estudos de gênero, da teoria queer, do pensamento decolonial e da sociologia da educação, compondo um arcabouço analítico que permite interpretar as experiências empíricas para além da chave da inclusão normativa.

Gênero como norma, performatividade e tecnologia de poder. Partindo das contribuições de Judith Butler (2019; 2003), compreende-se o gênero não como essência ou expressão natural do corpo, mas como um efeito reiterado de normas sociais que produzem inteligibilidade sobre quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo. A performatividade de gênero não diz respeito a uma escolha individual, mas à repetição compulsória de atos regulados por regimes de poder que naturalizam determinadas expressões e marginalizam outras.

> Os corpos que não se conformam às normas que governam a inteligibilidade do gênero tornam-se difíceis de reconhecer como corpos que importam. Quando essas normas falham em reconhecer certos modos de viver, elas produzem uma forma específica de precariedade, uma vida que é mais vulnerável à violência, à exclusão e negação de reconhecimento social. (Butler, 2019, p. 34–35).

Nessa perspectiva, não há uma identidade de gênero anterior às práticas que a constituem; ao contrário, o gênero se materializa por meio de performances reiteradas que produzem a ilusão de uma identidade estável. Essa compreensão desloca leituras biologizantes e evidencia que tanto corpos cisgêneros quanto corpos trans e travestis são atravessados por processos normativos, ainda que de maneira assimétrica e hierarquizada.

A contribuição foucaultiana é central para essa análise, ao permitir compreender o gênero como dispositivo de poder que opera na regulação dos corpos e das condutas. Conforme Foucault (1988), os corpos são continuamente vigiados, classificados e disciplinados por meio de práticas institucionais que produzem normalidade e desvio. No espaço escolar, essas tecnologias de poder se manifestam de forma cotidiana, por meio de regras implícitas, códigos morais e expectativas de comportamento que moldam corpos docentes e discentes.

A produção dessas hierarquias de gênero articula-se historicamente a relações estruturais de poder e dominação, conforme já apontava Saffioti (2015), ao evidenciar como o gênero opera como princípio organizador das desigualdades sociais.

2.1 Identidade travesti e a desestabilização da norma cis-heteronormativa

A identidade travesti, no contexto brasileiro, ocupa um lugar singular nos estudos de gênero, pois não apenas tensiona a lógica binária do sexo-gênero, mas desafia os próprios regimes de inteligibilidade que sustentam a norma cis-heteronormativa. Autoras como Berenice Bento (2006) e Luma Nogueira de Andrade (2012) demonstram que a travestilidade não pode ser reduzida a uma transgressão individual, mas deve ser compreendida como prática política que expõe a fragilidade das categorias modernas de gênero.

Diferentemente de modelos normativos de transição baseados na adequação corporal ou médica, muitas travestis afirmam sua identidade sem recorrer a processos de redesignação sexual, evidenciando que o corpo travesti é um corpo político, marcado pela recusa à normalização. Essa recusa, contudo, tem custos sociais elevados, uma vez que a travestilidade é historicamente associada à marginalidade, à criminalização e à exclusão dos espaços institucionais legítimos, como a escola e o mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, a presença de travestis na docência rompe com expectativas sociais profundamente arraigadas, deslocando a associação histórica entre travestilidade e prostituição, amplamente documentada por relatórios da ANTRA (2024). A docência travesti, portanto, emerge como exceção simbólica que interrompe o "destino social" imposto a esses corpos, produzindo fissuras na ordem normativa escolar.

2.2 Colonialidade de gênero e exclusão educacional

Para além da análise das normas de gênero, o artigo se ancora no pensamento decolonial para compreender como a exclusão das travestis da escola está vinculada a estruturas históricas mais amplas. Quijano (2000) propõe o conceito de colonialidade do poder para descrever a persistência de hierarquias raciais, epistêmicas e sociais herdadas do colonialismo, que continuam a organizar as relações sociais na modernidade.

María Lugones (2008; 2020) expande essa análise ao introduzir o conceito de colonialidade de gênero, argumentando que a imposição do binarismo sexual e da heterossexualidade compulsória foi parte constitutiva do projeto colonial. Assim, gênero e sexualidade não são dimensões secundárias da dominação colonial, mas elementos centrais na produção de sujeitos considerados humanos, civilizados e aptos à cidadania.

Nesse quadro, a escola moderna atua como instituição-chave na reprodução da colonialidade de gênero, legitimando determinados corpos e saberes enquanto outros são silenciados, patologizados ou expulsos. A exclusão educacional de travestis não pode, portanto, ser compreendida apenas como

efeito da intolerância individual, mas como resultado de um sistema que articula gênero, moralidade, saber e poder.

2.3 Escola, docência e micropolíticas de gênero

A sociologia da educação e os estudos feministas, especialmente as contribuições de Guacira Louro (2003; 2013), permitem compreender a escola como espaço privilegiado de regulação dos corpos e das identidades. A instituição escolar opera por meio de um currículo formal e de um currículo oculto, este último responsável por reforçar normas de gênero, sexualidade e comportamento consideradas adequadas.

> A escola é um dos espaços privilegiados de produção das diferenças e das desigualdades. Por meio de práticas aparentemente neutras, ela ensina modos legítimos de ser homem e mulher, regulando corpos, gestos, falas e desejos. (Louro, 2003, p. 64–65).

Nesse contexto, a docência travesti não apenas sofre os efeitos dessas normas, mas também produz micropolíticas de gênero no cotidiano escolar. Inspirado em Foucault, o conceito de micropolítica refere-se às disputas localizadas, cotidianas e aparentemente banais que, ao tensionarem as normas, produzem deslocamentos significativos nas relações de poder.

A presença de uma professora travesti em sala de aula reconfigura regimes de visibilidade, autoridade e reconhecimento, afetando não apenas estudantes, mas também colegas docentes, equipes gestoras e a comunidade escolar. Essas reconfigurações não ocorrem sem conflito, mas revelam a escola como espaço contraditório, simultaneamente disciplinador e potencialmente emancipatório.

2.4 Docência travesti como prática de reexistência

A partir desse arcabouço teórico, a docência travesti é compreendida neste artigo como prática de reexistência, conceito que ultrapassa a noção de resistência reativa para enfatizar a produção ativa de modos outros de existir, ensinar e ocupar o espaço público. Reexistir implica afirmar a vida em contextos que sistematicamente negam sua legitimidade, produzindo novas formas de agência e pertencimento.

Ao exercer a docência, professoras travestis não apenas reivindicam o direito à permanência na escola, mas desestabilizam as bases normativas que definem quem pode ensinar e quais corpos são considerados compatíveis com a função docente. Nesse sentido, a docência travesti opera como prática pedagógica decolonial, capaz de tensionar a colonialidade de gênero e ampliar os horizontes de inteligibilidade no campo educacional.

Embora mobilize autoras e autores provenientes de tradições teóricas distintas, este artigo não os utiliza de forma acumulativa ou indiferenciada. As contribuições de Butler (2003), centradas na performatividade de gênero, são aqui articuladas às perspectivas foucaultianas sobre poder e sujeição, bem como às leituras decoloniais de Lugones, que enfatizam a colonialidade como matriz histórica da produção das normas de gênero. Reconhece-se, contudo, que tais abordagens não são isentas de tensões, as quais são assumidas como produtivas para a análise.

O conceito de reexistência, tal como mobilizado neste artigo, não se confunde com resistência no sentido clássico, nem pode ser reduzido à noção de agência individual. Enquanto a resistência pressupõe um sujeito que reage a um poder já constituído, e a agência tende a enfatizar a capacidade individual de ação, a reexistência aponta para processos nos quais o próprio modo de existir se converte em prática política e pedagógica, reconfigurando as condições de inteligibilidade que sustentam a norma.

No contexto da docência travesti, a reexistência opera de forma particularmente incisiva, pois se inscreve em um espaço institucional historicamente estruturado para excluir ou neutralizar corpos dissidentes. Ao ocupar o lugar da autoridade docente, a professora travesti não apenas resiste à exclusão, mas torna visível a contingência das normas que definem quem pode ensinar, quais corpos são considerados profissionais e quais identidades são compatíveis com o exercício do magistério.

A reexistência, nesse sentido, não se apresenta como gesto heroico ou plenamente emancipatório. Trata-se de um processo ambivalente, marcado por negociações, capturas institucionais e formas sutis de contenção normativa. Reconhecer essa ambivalência é central para evitar leituras celebratórias e para compreender a docência travesti como prática situada, atravessada por assimetrias de poder que, embora tensionadas, não são simplesmente superadas.

2.5 Docência Travesti, Regulação Escolar e Micropolíticas de Gênero

Este tópico analisa as experiências de uma professora travesti no contexto escolar a partir de sua trajetória de vida, de suas práticas pedagógicas e dos conflitos vivenciados no cotidiano institucional. Partindo de uma abordagem qualitativa, a análise busca compreender como a presença travesti na docência produz deslocamentos nos regimes normativos de gênero, nos modos de exercício da autoridade pedagógica e nas formas de reconhecimento que estruturam a escola enquanto instituição moderna.

> A norma não se define como um princípio natural, mas como um elemento a partir do qual se estabelecem comparações, hierarquias e correções. Ela funciona como instrumento de poder que qualifica, mede, avalia e hierarquiza os indivíduos, estabelecendo fronteiras entre o normal e o anormal. (Foucault, 1988, p. 183).

A docência travesti é aqui compreendida como prática micropolítica de reexistência, na medida em que tensiona dispositivos de poder que regulam corpos, saberes e identidades no espaço escolar (Foucault, 1988; Louro, 2003).

2.6 Trajetória de vida, performatividade de gênero e produção da exclusão escolar

A trajetória da professora Roberta evidencia que as experiências travestis não emergem de forma abrupta na vida adulta, mas se constituem desde a infância, em contextos marcados pela vigilância moral, pelo silenciamento e pela coerção normativa. Desde cedo, a colaboradora percebeu o descompasso entre suas vivências subjetivas e as expectativas de gênero impostas a corpos designados como masculinos, sendo compelida a ocultar sua identidade em ambientes familiares e escolares conservadores.

Essa experiência dialoga com a noção de performatividade de gênero proposta por Butler (2019; 2003), segundo a qual o gênero se produz pela repetição compulsória de atos regulados socialmente. No caso analisado, a escola atua como um dos principais espaços de imposição dessa repetição normativa, operando como instância de correção e contenção de performances dissidentes.

A evasão escolar recorrente nas trajetórias travestis, amplamente documentada por relatórios da ANTRA (2024), não pode ser compreendida como fracasso individual, mas como efeito de um sistema educacional que produz a exclusão por meio da negação de reconhecimento e da produção de insegurança cotidiana. Conforme Louro (2003), a escola não apenas transmite saberes, mas também fabrica corpos aceitáveis, silenciando aqueles que escapam às normas de gênero e sexualidade.

2.7 Sujeição normativa, docência e o “acordo identitário”

Durante parte significativa de sua trajetória profissional, Roberta desempenhou o papel socialmente esperado de um professor homem cisgênero, aderindo às normas implícitas que regulavam aparência, comportamento e relações afetivas no exercício da docência. Esse processo pode ser compreendido como um “acordo identitário” tácito, no qual a permanência no espaço escolar estava condicionada à conformidade com a cis-heteronormatividade dominante.

Inspirada na analítica foucaultiana do poder, essa experiência revela como a docência opera como tecnologia disciplinar que não se restringe às práticas pedagógicas, mas incide diretamente sobre os corpos docentes. A neutralidade exigida do professor, frequentemente apresentada como valor profissional, corresponde, na prática, à naturalização de padrões específicos de gênero, raça e sexualidade (Foucault, 1988).

A transição de gênero da professora rompe esse acordo silencioso e expõe a fragilidade das normas que sustentam a autoridade docente. Conforme Butler (2019), quando uma performance de

gênero escapa à repetição esperada, ela torna visível o caráter construído da norma, provocando reações defensivas por parte das instituições que dela dependem para se manter.

Nesse sentido, a visibilidade da docência travesti não pode ser compreendida apenas como emancipatória, pois, como observa Sedgwick (1990), os regimes de conhecimento que organizam o reconhecimento também produzem novas formas de regulação e exposição normativa.

2.8 Transfobia institucional e a regulação moral dos corpos docentes

Os episódios relatados por Roberta nas escolas onde atuou evidenciam a operação da transfobia institucional como prática cotidiana de regulação dos corpos. A contestação de sua vestimenta por parte de estudantes e a convocação para reuniões com a gestão escolar revelam como o corpo travesti se torna alvo privilegiado de vigilância e controle.

A vestimenta, nesse contexto, funciona como tecnologia disciplinar de gênero, acionada seletivamente para corrigir corpos dissidentes, conforme analisado por Louro (2003). Embora apresentada sob a justificativa de "adequação profissional", a regulação do vestuário revela um incômodo institucional com a visibilidade da travestilidade no espaço escolar, configurando uma forma indireta de exclusão.

A assinatura da ata pela professora, mesmo sem concordar com as acusações, pode ser interpretada como estratégia micropolítica de sobrevivência institucional. Trata-se de um gesto que evidencia a negociação constante entre resistência e permanência, característica central das trajetórias travestis em espaços marcados pela colonialidade de gênero (Lugones, 2008).

2.9 Nome social, reconhecimento e autoridade pedagógica

Outro eixo fundamental da análise diz respeito ao uso do nome social e à disputa por reconhecimento no cotidiano escolar. A recusa de um estudante em utilizar o nome social da professora evidencia que a autoridade pedagógica não é neutra, mas atravessada por normas de gênero que definem quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo de saber.

O não reconhecimento do nome social opera como forma de violência simbólica (Bourdieu, 2001), pois nega a inteligibilidade da identidade travesti e fragiliza a posição docente. Conforme Butler (2003), o reconhecimento é condição fundamental para a existência social; sua negação produz vulnerabilidade e precarização.

Ao acionar a gestão escolar, Roberta desloca a violência do plano individual para o plano institucional, afirmando-se como sujeito de direitos e produzindo um tensionamento pedagógico que ultrapassa a relação professor-aluno. Esse gesto revela a docência travesti como prática política cotidiana, que reinscreve a luta por reconhecimento no interior da escola.

2.10 Precarização, prostituição compulsória e interrupção do “destino social”

A experiência de desemprego durante a pandemia de COVID-19, que levou a professora a recorrer temporariamente à prostituição, explicita a precariedade estrutural que atravessa as trajetórias travestis no Brasil. Tal episódio não deve ser lido como contradição individual, mas como expressão da exclusão sistemática do mercado de trabalho formal, amplamente documentada por relatórios da ANTRA (2024).

Berenice Bento (2017) aponta que a associação histórica entre travestilidade e prostituição não é resultado de escolha individual, mas de um sistema que empurra esses corpos para a marginalidade. Nesse sentido, a docência travesti assume um caráter simbólico potente ao interromper o “destino social” imposto às travestis, desestabilizando imaginários sociais profundamente arraigados.

Estar em sala de aula, sobretudo em cidades do interior marcadas por valores conservadores, constitui um gesto político que confronta a colonialidade de gênero (Lugones, 2008) e amplia os limites do que é considerado possível e legítimo no campo educacional.

2.11 Micropolíticas de gênero e docência como reexistência

A partir da análise das experiências de Roberta, compreende-se que a docência travesti produz micropolíticas de gênero que operam nos gestos cotidianos, nas negociações institucionais e na simples permanência do corpo travesti no espaço escolar. Conforme Foucault (1988), o poder não se exerce apenas de forma centralizada, mas se dissemina em práticas localizadas que podem ser tensionadas e reconfiguradas.

A análise das experiências de Roberta evidencia que a docência travesti produz micropolíticas de gênero que não se limitam a confrontar explicitamente a norma, mas operam também por meio de estratégias de permanência, negociação e silenciamento parcial. A reexistência, nesse contexto, não se dá apenas nos momentos de conflito aberto, mas na gestão cotidiana da exposição, na escolha calculada de batalhas e na adaptação tática às exigências institucionais.

Esses movimentos revelam que a presença travesti na docência, embora disruptiva, não escapa aos mecanismos de captura da norma escolar. Ao mesmo tempo em que desloca regimes de visibilidade e autoridade, a professora é constantemente convocada a justificar sua existência, sua aparência e sua legitimidade profissional. Tal ambivalência permite compreender a escola não como espaço linear de exclusão ou emancipação, mas como campo de disputas no qual a colonialidade de gênero é simultaneamente reproduzida e tensionada.

Assim, a docência travesti não transforma a escola de forma total ou definitiva, mas produz fissuras localizadas que ampliam os limites do pensável e do possível no cotidiano escolar. É nesse caráter parcial, contraditório e situado que reside a potência analítica da reexistência como categoria para compreender experiências docentes dissidentes de gênero.

3 METODOLOGIA

Ainda que a docência travesti seja aqui analisada como prática de reexistência, é importante ressaltar que seus efeitos não são homogêneos nem linearmente transformadores. Os deslocamentos produzidos pela presença travesti na escola ocorrem em meio a resistências, ambiguidades e reacomodações institucionais, revelando tanto fissuras quanto mecanismos de contenção das normas de gênero. Essa ambivalência constitui parte central da análise proposta, evitando leituras celebratórias ou teleológicas.

A pesquisa fundamenta-se em um estudo de caso qualitativo, compreendido não como recurso para generalizações empíricas, mas como estratégia analítica capaz de iluminar processos sociais mais amplos relacionados à regulação de gênero, à produção da autoridade docente e às formas de reconhecimento institucional no espaço escolar. O caso analisado é tratado, portanto, como um dispositivo heurístico que permite apreender as engrenagens cotidianas da colonialidade de gênero em operação na escola, sem pressupor representatividade estatística.

A seleção da participante seguiu critérios intencionais (Patton, 2002), considerando: (i) a autoidentificação como travesti; (ii) a atuação profissional como docente na educação básica pública; e (iii) a disponibilidade para narrar sua trajetória de vida e experiências institucionais. A identidade da interlocutora foi preservada por meio da adoção de pseudônimo (“Roberta”), em conformidade com os princípios éticos da pesquisa em ciências humanas. O estudo seguiu as diretrizes nacionais para pesquisas com seres humanos, assegurando anonimato, confidencialidade e o direito à retirada da participação a qualquer momento.

O material empírico foi produzido por meio de duas entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas entre 2024 e 2025, com duração média de 42 minutos cada. As entrevistas foram integralmente transcritas e analisadas a partir de uma abordagem qualitativa interpretativa, orientada pela construção de categorias analíticas que emergiram do diálogo entre o material empírico e o referencial teórico mobilizado. As categorias não foram previamente definidas, mas elaboradas a partir da recorrência temática, das tensões narrativas e dos pontos de fricção entre experiência vivida e normas institucionais.

A análise do material empírico foi conduzida a partir de uma abordagem interpretativa de inspiração hermenêutico-crítica, articulada a procedimentos da análise temática (Minayo, 2014). O processo analítico ocorreu em três etapas interdependentes: (1) leitura flutuante e imersiva das transcrições, visando à familiarização com o corpus; (2) codificação inicial, com identificação de unidades de sentido relacionadas às experiências de gênero, práticas docentes e interações institucionais; e (3) construção de categorias analíticas, elaboradas a partir da recorrência temática, das tensões narrativas e do diálogo entre o material empírico e o referencial teórico mobilizado.

As categorias não foram previamente definidas, mas emergiram de forma indutiva, sendo posteriormente refinadas à luz de conceitos como performatividade de gênero, dispositivos de poder, colonialidade de gênero e micropolíticas. Esse movimento analítico não se orienta por uma lógica de verificação teórica, mas por um processo de interpretação que reconhece a co-constituição entre teoria

e empiria, evitando tanto a subsunção do dado à teoria quanto a sua leitura empirista descontextualizada.

A opção por centrar a análise na narrativa de uma única interlocutora constitui uma escolha epistemológica deliberada, alinhada a perspectivas feministas, queer e decoloniais que reconhecem sujeitos historicamente marginalizados como produtores legítimos de conhecimento. Nesse sentido, a participante não é tratada como mera fonte de dados, mas como agente epistêmica cuja experiência permite tensionar e reconfigurar categorias analíticas consolidadas no campo da sociologia da educação.

Reconhece-se, contudo, que tal recorte implica limites. A ausência de múltiplas vozes institucionais, como estudantes, gestores e outros docentes, restringe a possibilidade de apreender a totalidade das dinâmicas escolares, bem como de realizar comparações entre diferentes contextos. Esses limites, longe de invalidarem a proposta, são assumidos como parte constitutiva do desenho de pesquisa e indicam caminhos para investigações futuras, especialmente aquelas que articulem múltiplas perspectivas sem diluir a centralidade das experiências travestis.

A abordagem qualitativa justifica-se por sua capacidade de apreender sentidos, experiências e processos sociais em profundidade, conforme argumenta Vergara (2004) no campo da pesquisa social aplicada. Nesse sentido, a opção metodológica de centrar a análise exclusivamente na narrativa da docente travesti não deve ser lida como uma lacuna, mas como um ponto positivo de adensamento analítico. Essa escolha permitiu priorizar a perspectiva do sujeito que experiência o fenômeno, garantindo que a "docência travesti" seja compreendida a partir de sua experiência situada e de seus próprios regimes de sentido. Ao evitar a dispersão por múltiplas vozes (como gestores ou colegas), o estudo ganhou em profundidade descritiva, permitindo que a trajetória de vida, as estratégias de reexistência e as micropolíticas de gênero sejam examinadas com a densidade necessária para evidenciar como o sujeito produz conhecimento e tensiona normas no cotidiano escolar. Portanto, esse recorte metodológico funciona como um dispositivo de valorização da agência política da professora, reconhecendo-a como legítima produtora de saber sobre sua própria prática.

Por fim, destaca-se que o rigor desta pesquisa não se fundamenta na replicabilidade ou na generalização estatística, mas na consistência analítica, na transparência dos procedimentos e na densidade interpretativa, conforme preconizado pelas abordagens qualitativas em ciências sociais. A validade do estudo reside, portanto, na sua capacidade de produzir inteligibilidade sobre processos sociais complexos, contribuindo para o avanço teórico e empírico das discussões sobre gênero, docência e educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a docência travesti como prática de reexistência no espaço escolar, tomando como eixo analítico a trajetória e a atuação de uma professora travesti em escolas públicas do interior do Brasil. Ao articular dados empíricos e aportes teóricos dos estudos de gênero, da sociologia da educação e do pensamento decolonial, o estudo demonstrou que a presença travesti na

docência não se reduz a uma experiência individual de inclusão profissional, mas constitui um acontecimento político-pedagógico que expõe e tensiona os regimes normativos que estruturam a escola moderna.

Os achados evidenciam que a escola opera simultaneamente como espaço de regulação e de possibilidade. Por um lado, reproduz dispositivos de poder que incidem sobre os corpos docentes por meio da vigilância da aparência, da contestação do nome social e de formas cotidianas de transfobia institucional. Por outro, é nesse mesmo espaço que emergem micropolíticas de gênero produzidas pela permanência do corpo travesti em sala de aula, capazes de desestabilizar expectativas normativas sobre autoridade pedagógica, profissionalismo e neutralidade docente.

Ao mobilizar o conceito de reexistência, o artigo propõe um deslocamento analítico em relação às abordagens que compreendem experiências docentes dissidentes apenas em termos de resistência ou agência. A reexistência permite apreender processos nos quais o próprio ato de existir — e permanecer — no espaço escolar se converte em prática pedagógica e política, reconfigurando regimes de visibilidade e reconhecimento. Trata-se de uma categoria que evidencia não apenas o enfrentamento da norma, mas também suas capturas, ambiguidades e reacomodações, evitando leituras celebratórias ou teleológicas da presença travesti na educação.

A análise empírica revelou que a docência travesti não transforma a escola de forma homogênea ou definitiva. Os deslocamentos produzidos são parciais, situados e atravessados por negociações constantes, o que reforça a compreensão da escola como campo de disputas no qual a colonialidade de gênero é simultaneamente reproduzida e tensionada. Nesse sentido, a autoridade pedagógica emerge como performativa e contingente, sustentada por normas de gênero que podem ser expostas e fragilizadas quando corpos historicamente considerados incompatíveis com o magistério ocupam esse lugar.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o campo da educação ao articular empiricamente teoria queer, analítica foucaultiana do poder e perspectivas decoloniais, demonstrando como a docência travesti permite compreender a colonialidade de gênero como prática cotidiana e institucional, e não apenas como herança histórica abstrata. Ao fazê-lo, o artigo amplia os debates internacionais sobre gênero e docência, oferecendo uma análise situada no Sul Global que dialoga com discussões globais sobre diversidade, reconhecimento e justiça educacional.

Do ponto de vista metodológico, a escolha por centrar a análise na narrativa de uma única professora travesti possibilitou um adensamento analítico da experiência vivida, mas também impõe limites que devem ser reconhecidos. A ausência de múltiplas vozes institucionais impede generalizações empíricas e aponta para a necessidade de estudos futuros que incorporem diferentes posições — estudantes, gestores, colegas docentes — sem, contudo, diluir a centralidade da experiência travesti como produtora de conhecimento situado.

Este estudo aponta para a necessidade de ampliar as investigações sobre experiências docentes dissidentes de gênero em distintos contextos educacionais, especialmente em regiões periféricas, interioranas e marcadas por forte conservadorismo moral. Pesquisas comparativas, análises interseccionais mais aprofundadas e estudos longitudinais podem contribuir para compreender como as micropolíticas de gênero operam ao longo do tempo e em diferentes arranjos institucionais.

Em termos de implicações práticas, os resultados sugerem que políticas educacionais voltadas à diversidade de gênero não podem se limitar ao reconhecimento formal de direitos, como o uso do nome social, mas devem enfrentar as dimensões institucionais e simbólicas da transfobia que atravessam o cotidiano escolar. Reconhecer a docência travesti como prática de reexistência implica repensar concepções normativas de profissionalismo, neutralidade e autoridade docente, abrindo espaço para formas plurais de ensinar e existir na escola.

Ao afirmar a docência travesti como força epistemológica, e não apenas como objeto de políticas de inclusão, este artigo contribui para deslocar os limites do que é considerado legítimo no campo educacional. Em um cenário global marcado pela intensificação de discursos antigênero e pela reatualização de projetos normativos excludentes, reconhecer e analisar experiências como a aqui apresentada torna-se não apenas um exercício acadêmico, mas uma tarefa ética e política fundamental para a produção de uma educação comprometida com a justiça social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

ANTRA. Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. PDF, 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. O que é Transfobia. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1820/GM, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários de saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 14 ago. 2026.

BUTLER, Judith. Corpos que Importam: Sobre os Limites Discursivos do "Sexo". Tradução de Vera Lúcia da Silva. São Paulo: N-1 Edições, 2019. (Original: *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*, 1993).

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Original: *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, 1990).

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade, *Vol. 1: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Original: *Histoire de la sexualité, Vol. 1: La Volonté de savoir*, 1976).

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. Revista Sociedade e Estado, v. 23, n. 2, p. 711-730, maio/ago. 2008.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero: Rumo a um feminismo decolonial. In: LUGONES, María. Colonialidade de Gênero e Outros Ensaios. Tradução de Renata Menezes. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 61-90.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PATTON, Michael Quinn. Qualitative research and evaluation methods. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 117-142.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Feminismo e Gênero. São Paulo: Unesp, 2015.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemology of the Closet. Berkeley: University of California Press, 1990.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Recebido em: 25 de março de 2026.
Aprovado em: 14 de agosto de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente a nossa colaboradora que permitiu que parte de sua experiência profissional e pessoal contribuísse com esse trabalho. Sem ela essa pesquisa não seria possível e a luta de corpos divergentes continuariam na invisibilidade. Também agradecemos o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT/Cuiabá que nos acolheu como pesquisadora e orientador.

[i] Luis Antonio Bitante Fernandes. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (1993), Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP (2005) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/FCL - Ar. (2011). Professor Associado IV, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), membro efetivo dos Programas de Pós Graduação em Sociologia - ICHS/UFMT/Cuiabá e Pós-Graduação em Antropologia Social - ICHS/UFMT/Cuiabá. Coordeno o Núcleo de Pesquisa Libertas, o grupo de pesquisa em Gênero, Identidade e Sexualidade GIS e o Laboratório de Antropologia e Sociologia - LABAS; Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFG; membro do grupo de pesquisa LEX - Laboratório de Experimentações Etnográficas e Marcadores Sociais das Diferenças, do(a) Universidade Federal de Goiás Membro da Rede de Frente: Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Membro da Rede

de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e na América Latina/RECONAL-Edu.
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/3459293971039268
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0264-9984
E-mail: luis.fernandes@ufmt.br

[ii] Josiane Ferreira. Graduada em Docência nas Ciências Humanas pelo Centro Universitário de Várzea Grande (2010), Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Candido Mendes (2018) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2025) com foco temático nos estudos de gênero e educação. Atualmente, está como professora de Sociologia da rede pública de ensino estadual, lotada na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso desde 2018.
Curriculum Lattes: https://lattes.cnpq.br/5689384323389018
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-5961-2835
E-mail: ferreira-josiane@hotmail.com